

**Sobre a Notificação do IMAC à Couro Vegetal da Amazônia S.A.:
 Contextos e Interesses**

Marcelo Piedrafita Iglesias

No dia 3 de abril de 1997, a Presidente do IMAC, Maria José Maia de Faria, assinou Edital de Notificação, convocando o Presidente ou representante legal da “organização não-governamental” Couro Vegetal da Amazônia S.A. (CVA) a “prestar informações sobre a atividade de exploração da vegetação nativa primária, dentro de Área de Preservação Permanente-Terra Indígena, munido de documentação que autoriza a exploração da matéria prima ...”. Este edital foi publicado no jornal *A Gazeta* do dia 8 de abril, à pagina 16, na Seção de Esportes.

Estando atento a contextos mais amplos, brotados a partir do caso Selvaviva, e não acreditando facilmente em coincidências, considero importante analisar o momento em que ocorreu a publicação do edital, os interesses que a fundamentaram e alguns processos que dela resultaram.

Em relação ao edital e desdobramentos posteriores, percebo a engrenagem institucional do IMAC sendo acionada para favorecer interesses e colocar suspeitas sobre o Projeto Couro Vegetal, trabalho de valor que há 3 anos é desenvolvido por populações tradicionais, índios e seringueiros do Vale do Juruá, suas organizações, e muitos outros parceiros, um deles, a empresa CVA, na busca de alternativas concretas para a continuidade do extrativismo e para a ocupação e o uso sustentado de suas reservas.

O que me permite falar do Projeto é ter participado de sua implementação aqui no Acre desde 1994, na qualidade de assessor da Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão. Vi-o ganhando forma e tenho acompanhado seu desenvolvimento, na floresta e na cidade. Converso frequentemente com representantes das organizações de índios e seringueiros, bem como com os mais variados profissionais que têm contribuído nas diversas etapas do Projeto. Em agosto e setembro de 1996, estive nos seringais do Jordão e vi de perto os trabalhos feitos nas quatro unidades de produção que ali existem. Ouvi os depoimentos de lideranças, produtores e de outros chefes de família Kaxinawá sobre o que acham da produção do couro vegetal. É por isso que decidi escrever sobre o Projeto Couro Vegetal, a CVA e as organizações de índios e seringueiros que participam destas atividades.

“Guerra Justa” Contra ONG’s no Juruá: por que o Projeto Couro Vegetal?

Acompanhei os trabalhos da Comissão de Sindicância instaurada na Assembléia Legislativa para apurar as atividades da Selvaviva, “organização não-governamental” (ONG) suspeita de promover “biopirataria” de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais em terras indígenas do Juruá acreano. Procurei acompanhar as notícias veiculadas na imprensa e compareci às sessões realizadas por deputados da Comissão. Conversei com o deputado Edvaldo Magalhães (PCdoB), autor da proposta de abertura de sindicância e vice-presidente da Comissão. Analisei a representação impetrada pela União das Nações Indígenas e o Conselho Indigenista Missionário junto ao Ministério Público Estadual, pedindo providências, que deverão estar a cargo da Coordenadoria de Defesa do Meio Ambiente e Populações Indígenas, recém criada como desdobramento de convênio assinado entre o Ministério do Meio Ambiente e o Governo do Estado.

Decidi observar os desdobramentos do caso Selvaviva, principalmente, para ter certeza de que não havia intenção de parlamentares em atingir o movimento indígena e/ou as organizações locais dos índios, assim como trabalhos sérios que entidades como UNI, CIMI e CPI desenvolvem no estado há quase duas décadas. De forma ampliada, os trabalhos feitos por outras ONG’s, como CTA, SOS Amazônia, Comitê Chico Mendes, Centro de Defesa dos Direitos Humanos, Casa Rosa Mulher, PESACRE, e por sindicatos, cooperativas e associações de seringueiros e agricultores.

Mais do que for legalmente decidido e realmente feito em relação à Selvaviva, este caso permite vislumbrar quanto valor terá a “Lei de Acesso à Biodiversidade Brasileira” (Projeto de Lei Nº 306/95), elaborada pela Senadora Marina Silva (PT), ainda em tramitação no Congresso. Esta

legislação dará respaldo jurídico para se discutir questões já globais, mas muito amazônicas. Dentre as quais, instrumentos para regulamentar acesso a recursos naturais existentes nas florestas brasileiras, garantir real participação das comunidades locais nas decisões e ganhos das iniciativas que façam uso dessa biodiversidade e, ainda, valorizar as culturas, conhecimentos, inovações e práticas dessas comunidades sobre conservação, uso e manejo da diversidade biológica e genética.

Diferentemente, certa imprensa daqui aproveitou o caso Selvaviva para botar farta lenha na coivara, destacando a importância de um maior controle das atividades levadas a cabo pelas ONG's do Acre com recursos de agências internacionais. Enquanto isso, em Brasília, a deputada federal acreana Regina Lino (PMDB), no papel de relatora, dava parecer favorável à instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as atividades das ONG's no Brasil, respaldando proposta antes feita pelo também deputado acreano Osmir Lima (PFL).

Em 12 de abril, *A Gazeta* publicou extensa matéria, à página 5, sob o título "Guerra contra a biopirataria. IMAC, com apoio de outros órgãos, vai fazer devassa nas ONG's que atuam no Estado". Declarações da Presidente do IMAC informavam que "uma verdadeira guerra" seria desencadeada contra várias ONG's que atuam junto a índios e seringueiros no Vale do Juruá. Na mesma matéria, também com letras em destaque, outra notícia anunciava "CVA é alvo de investigações". Em vários trechos, a Presidente reconhecia seu total desconhecimento do Projeto Couro Vegetal. As matérias falam da falta de licenciamento da CVA junto ao órgão e, também, em exploração ilegal das florestas acreanas, utilização de produtos químicos, crime e pirataria.

Na segunda semana de abril, antes dessa primeira manifestação da Presidência do IMAC, haviam sido publicadas notas no colunismo social local (Jackie, How e Max), dando conta de que equipe de estilistas da Maison Hermès, da França, estariam vindo ao Acre, mais especificamente à aldeia Yawanawá, no rio Gregório, fazer testes com o couro vegetal para possivelmente incorporá-lo em produtos de suas próximas coleções. Estas informações tiveram como base a nota "Hermès Vegetal", dada por Danuza Leão no Caderno B do *Jornal do Brasil* do dia 31 de março. Falou-se ainda nos jornais locais de possíveis contatos da CVA com a Brásperola para o desenvolvimento e produção de tecidos emborrachados. Contatos importantes para o Projeto Couro Vegetal, abertura de novos mercados e divulgação, no Brasil e no planeta, de trabalhos feitos por seringueiros e índios acreanos.

Mas, a notícia dada em primeira mão por Danuza parece haver chegado cedo à terra seringueira. "Coincidência" na publicação do edital do IMAC notificando os representantes da empresa, não ONG, CVA a comparecer ao órgão para responder perguntas depois anunciadas pela sua Presidente em *A Gazeta*, levantando suspeitas sobre atividades que afirmava desconhecer? Será que a publicação do edital de notificação foi algum tipo de resposta às notícias sobre as alternativas que começavam a se abrir ao Projeto Couro Vegetal? Será que procurou aproveitar o clima de interesse e indignação vindo à tona na imprensa a reboque dos trabalhos da Comissão de Sindicância no caso do Selvaviva, procurando, ainda, colocar este último e CVA no mesmo barco? E esta ligação vem sendo sugerida pela Presidente do IMAC em reiteradas ocasiões. A mais recente foi no Dia do Trabalho, na matéria "IMAC vai fiscalizar a atuação das ONG's, publicada em *A Gazeta* de 1 de maio, à página 12 ("Amazônia").

Não conheço os trabalhos da Selvaviva. Mas, na representação apresentada ao Ministério Público Estadual, logo no início, lê-se: "Chegou ao conhecimento do Deputado Estadual Edvaldo Magalhães, PCdoB, por intermédio da Secretária do Meio Ambiente e Presidente do Instituto de Meio Ambiente do Estado do Acre -IMAC, Sra. Maria José, em forma de folder informativo, que uma Organização Não Governamental - ONG, denominada Selvaviva ...". Portanto, vejo a mesma fonte dar início da guerra justa contra a tão propalada "biopirataria" feita por ONG's no Juruá.

Mais abaixo, mostrarei como o IMAC está sendo usado para levantar suspeitas sobre o Projeto Couro Vegetal, importante trabalho feito por organizações de índios e seringueiros do Vale do Juruá junto com a empresa brasileira CVA, através do qual vêm sendo construídas novas alternativas para manutenção e diferenciação da secular atividade do extrativismo, para agregação de valor à borracha e para utilização e garantia de terras indígenas e reservas extrativistas. Mas,

devagar os interesses e estratégias começaram a ficar perceptíveis. Nos jornais, anúncios de ações a serem tomadas pelo IMAC, ao mesmo tempo em que o órgão se posicionava a respeito de alternativas que considera melhor para esses mesmos desafios. Até agora, na concepção do IMAC, parece que elas tem um único nome, COOPereco. Mas, isso ficará mais claro mais adiante.

Visitas da CVA ao IMAC

No dia 14 de abril, Maria Beatriz Saldanha Tavares, Diretora da CVA, dirigiu-se à sede do IMAC para atender à convocação do Edital, publicado na imprensa no dia 8. Decidi acompanhá-la, visto que se encontra ainda de resguardo, após ter dado a luz ao nosso acreezinho João Manuel Tui.

Durante nossa visita, a Presidente do IMAC esteve em seu gabinete. Fomos recebidos por Evandro Figueiredo e pela Dra. Elvira, assessora jurídica. Em nenhum momento ele identificou seu cargo funcional ou suas atribuições específicas neste procedimento do órgão. Sentado atrás de uma mesa, tinha em mãos material de divulgação elaborado pela CVA (um "folder", como no caso Selvaviva?). Iniciaram a conversa informando que o IMAC está interessado em conhecer os trabalhos da CVA no Acre, para efeito de cadastramento de suas atividades. Esclareceram que FUNAI e IBAMA haviam sido notificados para informar se existem acordos formais firmados com a CVA para produção de couro vegetal em terras indígenas e na reserva extrativista do Juruá.

Nas conversas, os representantes do IMAC demonstraram total desconhecimento dos muitos trabalhos há mais de 3 anos desenvolvidos na floresta, através de acordos de cooperação entre a Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá (ASAREAJ), a Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão (ASKARJ), Organização dos Agricultores Extrativistas Yawanawá do Rio Gregório (OAEYRG), organizações devidamente legalizadas e registradas, e a CVA. Perguntaram em que terras e reservas o Projeto estava em andamento. Apesar do nosso pedido para que fosse protocolado documento oficial, explicitando as conversas mantidas durante esta primeira reunião, os representantes do IMAC afirmaram não ser isto necessário, pois pretendiam apenas repassar informações para dar início à regularização das atividades da CVA.

Foi afirmado, ainda, que a notificação à CVA fez-se necessária após o IMAC ter recebido denúncia anônima de que índios estariam ficando cegos e doentes devido à produção das lâminas de couro vegetal. Esta denúncia teria sido feita em linha de telefone que existe no órgão para receber esse tipo de denúncias. Os representantes do IMAC queriam saber, por isso, quais produtos químicos estão sendo usados. Afirmaram temer que pudessem estar sendo causados prejuízos ao meio ambiente e à saúde das populações envolvidas na produção.

Ouvimos, também com grande surpresa, de que a CVA não deveria se preocupar com este procedimento do IMAC, visto que a COOPereco, cooperativa responsável pela fabricação do couro ecológico, estaria sendo notificada nos próximos dias para também prestar esclarecimentos. Mas, por que os funcionários do órgão ambiental do estado estariam falando da COOPereco nesta ocasião? Existe ligação entre a COOPereco e o processo de notificação da CVA?

As coincidências não existem. Ali, confirmei pressentimentos que tivera sobre os reais objetivos que estão por trás da notificação, do momento em que ela foi feita, dos trâmites burocráticos que pode acarretar e, ainda, da utilização de um órgão público, o IMAC, para fins pessoais e corporativos.

As associações de índios e seringueiros que trabalham com o couro vegetal há três anos nunca fizeram este tipo de denúncia junto à FUNAI, ao IBAMA ou a outros órgãos competentes. Ao contrário, defendem o Projeto Couro Vegetal como importante alternativa para viabilizar econômica e socialmente suas reservas e para ali construir condições mais dignas de vida. Que interesses, portanto, estariam por trás da "denúncia anônima" telefônica chegada ao IMAC? Apesar do pedido feito pela CVA para que os termos dessa denúncia também fossem oficializados por escrito, nada neste sentido foi providenciado, nesta e nas visitas seguintes.

Na sua segunda visita ao IMAC, a Diretora da CVA foi recebida pela Coordenadora de Impacto Ambiental, de quem recebeu o formulário "Documentação Básica para o Licenciamento de

Atividade Industrial”, que deveria ser preenchido para dar início ao processo de cadastramento e regularização da CVA. Este documento pressupõe o enquadramento da produção de couro vegetal como atividade de perfil industrial. Por isso, o órgão estadual do meio ambiente pretende que a CVA apresente Estudo de Impacto Ambiental (EIA), e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), das atividades desenvolvidas em terras indígenas e na reserva extrativista do Alto Juruá. Foi exigido memorial descritivo das atividades de produção de couro vegetal para uma tomada de decisão do IMAC a esse respeito. Para tal, sua assessora jurídica vem providenciando cópias das leis federal e estadual do meio ambiente. Nas duas reuniões, nenhum dos procedimentos e exigências dos funcionários do IMAC foi registrado oficialmente, por escrito.

Agora, algumas perguntas. Toda essa série de procedimentos teve como origem “denúncia anônima” no telefone do IMAC? A Presidente do órgão mais de uma vez afirmou desconhecer as atividades do couro vegetal. É com esses procedimentos burocráticos e com perguntas nos jornais que o IMAC pretende saber o que tem sido o Projeto Couro Vegetal? Mesmo sem saber, dá para decidir de antemão quais os melhores meios para cadastrá-lo e enquadrá-lo legalmente?

Estranho é que até agora nada, ou pouco, falaram os verdadeiros envolvidos desde o início no Projeto: os produtores e as associações de índios e seringueiros. Certamente por estarem na mata, trabalhando neste começo de verão, tempo de broca, de limpar as praias e reiniciar o corte da seringa. O Presidente da ASKARJ, José Osair Sales, quando passou por Rio Branco, em meados de abril, foi à sede do IMAC no dia 17. Como não conseguiu falar pessoalmente com a Presidente, endereçou-lhe carta apresentando suas considerações sobre as providências já tomadas pelo órgão em relação ao Projeto Couro Vegetal.

Antes de iniciar qualquer procedimento burocrático, o IMAC deveria procurar ter maior conhecimento deste Projeto. Só assim poderia tomar procedimentos adequados e não apenas levantar muitas suspeitas infundadas pelos jornais. Na imprensa, sua Presidente tem afirmado reiteradas vezes que desconhecia o trabalho até participar em março deste ano de evento da Conferência Rio + 5, no auditório do BNDES. Foi lá que viu o Projeto Couro Vegetal exposto como uma das promissoras experiências brasileiras e acreanas de desenvolvimento sustentado, envolvendo populações tradicionais e áreas reservadas. Projeto este que nasceu com o apoio do próprio BNDES. Foi nesse evento que a Presidente também recebeu o material de divulgação (“folder”) da CVA, que estava nas mãos de Evandro Figueiredo quando da primeira visita da CVA ao IMAC, e depois foi estampado com destaque nas matérias “Couro Vegetal está Sendo Contrabandeado” e “Povos da Floresta podem estar sendo explorados por ONG”, publicadas pelo jornal A Tribuna, em 24 de abril, à página 13.

Esclarecimentos sobre o Projeto Couro Vegetal

Alguns esclarecimentos introdutórios, somente de nível local. Além do trabalho de mais de três anos em duas terras indígenas e a reserva extrativista do Juruá acreano, a CVA participou de duas Floras, divulgando seus produtos junto à sociedade de Rio Branco. Certamente participará da próxima Flora, que está por acontecer em meados deste ano. Na Flora passada, a convite da Prefeitura Municipal de Rio Branco, a CVA promoveu lindo desfile na festa de inauguração da feira, realizado no Imperador Galvez. Este acontecimento foi fartamente noticiado em todos os jornais locais durante vários dias. Matérias sobre o couro vegetal já foram divulgadas na coluna “Papo de Índio”, que edito junto com o antropólogo Txai Terri Valle de Aquino no jornal **Página 20**. As atividades do Projeto foram mostradas e discutidas no seminário público “Projetos Pilotos em Áreas Indígenas no Acre”, organizado pelo Centro de Pesquisa Indígena, no SEBRAE, de 10 a 13 de novembro do ano passado. Produtos com couro vegetal estão em exposição e à venda no Kupixawa Kaxinawá. Várias pessoas têm se mobilizado para divulgar o Projeto e vender seus produtos, em Rio Branco e em outras cidades do Brasil. E, ainda, o Projeto Couro Vegetal conta com o conhecimento e têm tido apoio da Administração Regional da FUNAI e da Superintendência do IBAMA no Acre.

Três outros esclarecimentos se fazem necessários. Todos já foram devidamente feitos nas conversas com os técnicos do IMAC.

O primeiro é que a produção do couro vegetal feita em terras indígenas e na reserva extrativista não pode ser enquadrada como de perfil industrial. Ela é uma atividade tradicional e artesanal, um desenvolvimento de técnicas usadas há um século por índios e seringueiros acreanos para encauchar sacos para carregar seus pertences e o látex.

O Projeto Couro Vegetal tem constituído alternativa para a continuidade do extrativismo da seringa, recurso natural secularmente manejado de maneira sustentada por populações tradicionais, numa atividade de suma importância na preservação e uso das florestas de seus territórios. A produção de couro vegetal se insere hoje num conjunto de atividades feitas por índios e seringueiros para sua subsistência (agricultura, caça, pesca) e para comercialização. O Projeto tem aberto mercados alternativos para parte da borracha produzida nas reservas, valorizando seu preço e abrindo ganhos para seringueiros e outros produtores envolvidos.

Na atual conjuntura, nas sedes dos municípios praticamente inexistente mercado e preço para a produção de borracha (pranchas e bolas) dos seringueiros, que, por obrigação, se sujeitam às relações comerciais com regatões e marreteiros. O Projeto Couro Vegetal, além de suas atividades nas terras indígenas e na reserva extrativista, contribui para as combalidas economias dos municípios de Marechal Taumaturgo, Tarauacá e Jordão, movimentando o comércio, demandando serviços e gerando arrecadação de impostos.

Em sua parceria com a CVA, índios e seringueiros têm fortalecido e amadurecido suas organizações, trabalhando em conjunto na construção processual do Projeto Couro Vegetal. Uma de suas características fundamentais tem sido, desde seu início em 1994, a participação efetiva dos representantes das organizações, das lideranças, seringueiros e chefes de família das populações envolvidas. Nas várias etapas de delineamento do Projeto, também vêm participando antropólogos, indigenistas, economistas, químicos, agrônomos e outros profissionais.

Dessa parceria têm resultado vários outros benefícios para as comunidades envolvidas. Não só os índios e seringueiros afirmam isto, mas inclusive a FUNAI os reconhece oficialmente. Em meados de abril, a Administração Regional em Rio Branco elaborou documento respondendo ao Ofício N° 199/97 da Presidência do IMAC, que solicitava informações sobre a situação legal da CVA junto ao órgão indigenista oficial. O administrador, apesar de afirmar não haver um acordo firmado com a empresa ou as associações, esclarece do conhecimento que a ADR-RBR tem do trabalho em desenvolvimento em duas terras indígenas acreanas e aponta sua importância para as populações e organizações envolvidas. Ressalta, ainda, o direito legal, garantido pela Constituição Federal de 1988, que as associações indígenas tem de representar seus povos politicamente e estabelecer convênios e acordos que permitam melhorias em suas condições de vida e a garantia de seus direitos individuais e coletivos. Dentre os benefícios oriundos do Projeto para as populações Kaxinawá e Yawanawá, são destacados no documento da ADR-RBR: "à capacitação de recursos humanos (novos processos produtivos e seu gerenciamento técnico-administrativo), o fortalecimento da infra-estrutura de transporte e escomento (barcos e motores) e a oferta de mercadorias e instrumentos de trabalho necessários à realização das atividades extrativistas e à vida na floresta".

A utilização de produtos químicos no processo de produção do couro vegetal é necessária para evitar a rápida coagulação do látex e acelerar a vulcanização das lâminas nas estufas de secagem. Seu uso nunca causou prejuízos aos recursos naturais que compõem o meio ambiente das reservas ou a saúde dos produtores e suas famílias. Sua utilização e estocagem têm sido feitas de maneira cada vez mais cuidadosa pelos responsáveis das unidades de produção. Treinamentos e trabalhos de conscientização têm sido feitos junto aos produtores. Os processos de lavagem dos sacos não incluem qualquer forma de imersão em rios ou igarapés. A respeito destas questões, novamente deveriam estar sendo ouvidos índios e seringueiros, suas organizações, lideranças, professores, agentes de saúde e os produtores, ou seja, as pessoas diretamente envolvidas no cotidiano dos trabalhos na floresta.

O segundo esclarecimento necessário: os órgãos legalmente responsáveis pela autorização e monitoramento de atividades feitas em terras indígenas e reservas extrativistas são a FUNAI e o IBAMA, respectivamente. Ambas categorias de terras reservadas constituem patrimônio da União,

concedidas pelo Governo Federal a populações tradicionais para fins de preservação, ocupação e uso sustentado.

Caso o IMAC queira garantir direitos dos índios e a proteção de suas florestas, que acione os órgãos verdadeiramente competentes. Além desses dois, existe o Ministério Público Federal. A nível estadual, abre-se nova alternativa legal com a criação da Coordenadoria de Defesa do Meio Ambiente e Populações Indígenas, no Ministério Público.

De outro lado, as organizações indígenas e de seringueiros, parceiras deste trabalho, têm respaldo legal e legitimidade social para representar as famílias que moram nas reservas, lutando por direitos, negociando reivindicações e articulando diferentes alternativas para o aproveitamento de seus territórios a melhoria da vida das populações tradicionais que representam. Essas iniciativas envolvem órgãos governamentais, ONG's, organismos financiadores, empresas, com os quais essas populações se relacionam no bojo de pequenos projetos (o Couro Vegetal é um dentre muitos) e grandes programas (por exemplo, Programa Piloto, PNUD, PMACI, Projeto do BNDES).

Os índios e seringueiros são sujeitos sociais há muito tempo. Aqui no Acre, lograram desarticular o secular cativeiro dos patrões, garantir suas terras e conquistar o tempo dos seus direitos, inclusive o de se organizar e manifestar livremente. Mais além da cidadania: a florestania. Até hoje não precisaram do IMAC e duvido que hoje desejem ver o órgão como paladino de sua justiça.

O terceiro esclarecimento é quanto ao grau de conhecimento que FUNAI, IBAMA e outros órgãos do Governo brasileiro têm das atividades da CVA e do Projeto Couro Vegetal. A própria constituição da empresa Couro Vegetal da Amazônia S.A. e a implementação inicial do Projeto foram possíveis graças a financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Ao longo de mais de três anos de trabalho, diferentes órgãos do governo federal têm, com recursos e acordos de cooperação pontuais, apoiado ações e treinamentos feitos por associações indígenas e de seringueiros com a CVA, no desenvolvimento do produto e na capacitação técnico-gerecencial dos produtores. Dentre esses órgãos, podem ser citados o Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, IBAMA/CNPT e FUNAI. O Exército vem testando o material, fez pequena encomenda de agendas e hoje procura estabelecer novo trabalho em conjunto com a CVA.

As associações indígenas e de seringueiros têm, junto com a empresa, elaborado propostas à Direção do Banco da Amazônia S.A no Acre, para se cadastrar e receber financiamentos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo (PRODEX), idealizado pela senadora Marina Silva. A formulação da proposta formal ao BASA foi feita com consultoria custeada pelo PNUD, com intermediação do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA). Em fevereiro de 1997, o Presidente da FUNAI, Júlio Gaiger, em ofício enviado à Presidente do BASA, se posicionou favorável a que o Conselho Deliberativo (CONDEL) do Banco aprovasse pleito das associações de produtores Kaxinawá e Yawanawá de participarem nesses financiamentos.

Dentre suas várias medidas em defesa da economia do seringal nativo da Amazônia, a senadora Marina teve aprovada, no ano passado, emenda ao Orçamento Geral da União, direcionando recursos para apoiar o fortalecimento da produção de couro vegetal no Município de Marechal Taumaturgo, berço da Reserva Extrativista do Alto Juruá. Os recursos chegaram à Prefeitura. É outra coisa o uso político que, desconsiderando as propostas da autora e da própria associação dos seringueiros da Reserva, foi feito desses recursos pelo anterior e atual prefeitos municipais, ambos do PMDB.

Mais uma importante iniciativa da seringueira senadora Marina, que tem incansavelmente lutado pela regulamentação e implementação do PRODEX, bem como negociado, junto à Presidência da República e vários Ministérios, mudanças na política oficial para a economia da borracha no Brasil. Semana passada, confirmou-se outro fruto de seus trabalhos, com a assinatura de acordos de cooperação entre sindicatos e associações de seringueiros com as Presidências da Pirelli no Brasil e da Associação Nacional das Indústrias Pneumáticas. Estes acordos pretendem melhorar a qualidade da borracha oriunda de seringais nativos do Vale do Acre e Purus, melhorando sua qualidade e

elevando sua competitividade. Procuram, ainda, meios para viabilizar as usinas de beneficiamento de Xapuri e Sena Madureira, agora gerenciadas pelas organizações dos próprios trabalhadores. Iniciativas concretas e construtivas que almejam a continuidade e aperfeiçoamento do extrativismo, conjugado com uma verdadeira melhoria na qualidade de vida de populações tradicionais. E esta é também a proposta que embasa e dá força ao Projeto Couro Vegetal.

Personagens e Tramas

A publicação das matérias “Couro vegetal está sendo contrabandeado” e “Povos da floresta podem estar sendo explorados por ONG”, portanto depois dos contatos iniciados pela CVA com o IMAC, deu continuidade à estratégia em curso para denegrir o trabalho que as organizações indígenas de índios e seringueiros vêm desenvolvendo em parceria com a empresa desde 1994. Seriam de novo respostas institucionais do IMAC a alternativas que prometiam se abrir para o Projeto Couro Vegetal?

Em 20 de abril, a mesma **Tribuna** publicara, à página 2, a matéria “Exército vai comprar também pastas executivas de couro vegetal”, assinada por Romerito Aquino. Nesta, o jornalista tornou públicas conversas que tivera com integrante da equipe da CVA, Virgínia Gandres, depois dela ter se encontrado com o Ministro do Exército, General Zenildo de Lucena, para formalizar o interesse do Ministério em fazer novas encomendas de peças fabricadas com couro vegetal. Em final do ano passado, o Exército brasileiro encomendou agendas calendário para distribuição interna, ornadas na capa com o seu brasão e nas páginas com desenhos dos professores índios que participam do programa de educação da Comissão Pró-Índio do Acre. Este novo contato resulta do interesse do Exército em apoiar iniciativas que contribuam para a proteção da floresta amazônica. Nada mais justo, portanto, que contribuir para a melhoria das condições de vida das populações tradicionais do Estado do Acre, verdadeiros guardiões das fronteiras do Brasil com o Peru ao longo deste século. A mesma matéria noticiava os avanços logrados pelo Departamento de Química da Universidade de Brasília, que podem resultar na simplificação dos processos de beneficiamento da borracha e melhorar sua qualidade, bem como dos contatos já estabelecidos por técnicos da UnB com representantes da Cooperativa Agroextrativista de Xapuri (CAEX).

Em **A Tribuna** do mesmo dia, em sua coluna “Via Brasília”, na nota “Pergunta ao IMAC”, Romerito Aquino questionou e deu a palavra à Presidente Maria José Maia de Faria sobre a não notificação da COOPERECO pelo IMAC, conforme fora anunciado por funcionários do órgão, e a veracidade da existência de um lobista trabalhando nos quadros da instituição.

A resposta não tardou e veio pesada na referida matéria publicada em **A Tribuna** do dia 24 de abril, noticiando que o “couro vegetal está sendo contrabandeado”. Como de outras vezes, o posicionamento da Presidência do IMAC veio com dados incorretos, levantando suspeitas sobre o Projeto Couro Vegetal. Falou-se de possível exploração dos povos da floresta, do não recolhimento de impostos, da ausência de fiscalização dos órgãos ambientais e, ainda, de informações que serão prestadas ao Ministério do Trabalho sobre as relações de trabalho entre empresa e produtores. E falou-se explicitamente do contato feito pela CVA com o Exército, logo no primeiro parágrafo.

De positivo, apenas as declarações da Presidente do IMAC de que pretende mandar fiscais às terras indígenas Kaxinawá do Rio Jordão e Yawanawá do Rio Gregório e à Reserva Extrativista do Alto Juruá para avaliar os trabalhos in loco. É exatamente essa a vontade expressa pelo Presidente da Associação Kaxinawá em sua carta redigida à Presidência do IMAC, com data de 18 de abril, véspera do Dia do Índio (e, por ironia, também do Dia do Exército): “Ao contrário das denúncias maldosas feitas por pessoas interessadas em atrapalhar o nosso trabalho, tenho a afirmar que a produção de couro vegetal feita por nossos seringueiros em nada vem comprometendo os recursos naturais de nossa terra e nem a saúde de nosso povo. Ao contrário, essa é uma alternativa que consideramos muito importante para podermos viver com condições mais dignas nas nossas matas, valorizando nossa cultura e nossos trabalhos tradicionais. Antes de que o IMAC tome qualquer providência que possa prejudicar conquistas que nossas organizações indígenas e de seringueiros vêm

conseguindo nos últimos anos, seria muito importante que fizesse visitas às unidades de produção que funcionam em nossas terras e na reserva extrativista do Alto Juruá para ver nossas atividades. Ver de perto para contar de certo! Por isso, faço um convite à senhora e a outros técnicos do IMAC para que venham ao rio Jordão e possam conversar diretamente com nossas lideranças e seringueiros. Só assim poderão saber como esse trabalho tem sido feito e de sua importância para nossas comunidades”. Outras cartas virão, quando representantes da ASAREAJ e OAEYRG souberem o que está se falando dos seus trabalhos com o couro vegetal..

A atento observador do processo, chamam a atenção, contudo, não só as duas matérias publicadas sobre o Projeto Couro Vegetal, mas também as duas outras que compõem a página 13 da **Tribuna** de dia 24 de abril, fechando espécie de informe publicitário do IMAC sobre “suas” atividades. A matéria “IMAC cancelou licitação de 6 rádios” informa que o órgão “está cancelando e deverá reabrir nos próximos dias o processo de licitação de um rádio transmissor fixo e cinco móveis, para corrigir o erro cometido em não ter pedido a autorização prévia do Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel)”. Os recursos para a compra dos aparelhos são oriundos de convênio emergencial firmado com o Ministério do Meio Ambiente, dentro do PP G-7. De forma meio atrapalhada, o IMAC procura mostrar serviço, para além das visitas a igrejas evangélicas e boates que abusam do som alto, do concurso de desenho infantil “Verde que te quero ver. Ano II” e das importantes atividades realizadas junto a agricultores dos Municípios de Acrelândia e Bujari, dentro do Projeto de Execução Descentralizada (PED), estas últimas bem divulgadas em **A Tribuna** de 20 de abril, às páginas 12-13.

A quarta matéria que integra a página 13 da **Tribuna**, do dia 24, onde outro chefe mostra sua cara, tem como título “A COOPERECO monta indústria no Acre”. Informa que essa cooperativa produtora de couro ecológico, presidida por Francisco Samoneck, estaria mantendo naquela dia contatos com representantes da Aliança de Cooperativismo Internacional (ACI) e a Organização dos Voluntários Americanos para a Divulgação de Produtos Ambientais (VOCA). Estas organizações estariam “ajudando a divulgar os produtos florestais acreanos a nível mundial. E isto não está restrito à COOPERECO, tanto que hoje vamos nos reunir no SEBRAE e amanhã visitaremos entidades e locais onde são feitos produtos regionais que possam interessar ao mercado internacional”, segundo o próprio presidente. A matéria ressalta a situação legal da COOPERECO junto ao IBAMA e informa de sua disposição de instalar uma unidade de produção na recém decretada Floresta Estadual do Antimari e uma indústria no Polo Moveleiro da Codisacre, no Distrito Industrial. Outras palavras citadas de Samoneck fazem alusões ao couro vegetal, na intenção de diferenciar e promover seu próprio produto: “Nós não fazemos a defumação das peças vulcanizadas, fazemos uma secagem inicial ao ar livre e depois damos o acabamento na estufa. Com isso temos um produto mais fino, agradável e sem aquele cheiro forte”. Qual aquele cheiro? O cheiro de floresta, seringa e lenha no couro vegetal? No meu sentir, faz parte de sua beleza única, do mistério do seu toque e de suas origens geográfica e cultural. Artesanato da mata.

Já falei antes de que o IMAC, além de estar colocando dúvidas sobre o Projeto Couro Vegetal e os trabalhos feitos em parceria entre índios, seringueiros e a CVA, também parece ter oficialmente tomado posição a respeito da alternativa que julga mais apropriada, talvez única, para o beneficiamento da borracha produzida no Acre. E esta alternativa está materializada no trabalho feito pela COOPERECO, sendo divulgada junto com outras ações e atividades do IMAC.

Viva as muitas diversidades! E deixem-as viver diversas. Por um lado, aplaudo os contatos construídos pela COOPERECO com órgãos governamentais e ONG’s para viabilizar seu projeto no estado e abrir novos mercados, no Brasil e no exterior, para a comercialização de seus produtos. Mais uma alternativa para a borracha acreana. Por outro lado, vejo com tristeza e raiva que, mais uma vez, Samoneck precisa falar mal e colocar suspeitas sobre o Projeto Couro Vegetal para promover as atividades da cooperativa que preside. Isto já aconteceu em muitas outras ocasiões. Para não falar em plena FLORA, quando seu produto estava sendo promovido com encarte fielmente copiado de material de divulgação elaborado pela CVA.

Mas, certamente não me pronuncio aqui para falar da vida dos outros. Cada macaco no seu galho! Samoneck, procure valorizar e provar seu trabalho com base em seus próprios méritos, não querendo o mal dos outros. Procurem entender, Samoneck e IMAC, que não se está colocando apenas em questão a CVA, mas, principalmente, um trabalho sério e inovador, feito em parceria com associações de seringueiros e índios. E de que todas as alternativas sérias são bem vindas, tem florestas e nichos de mercado para todas, mesmo porque são localizadas e ainda de pequena escala. Vamos trabalhar e deixar de pobreza!

Enquanto a COOPereco fazia seu encontro em Rio Branco, o Projeto Couro Vegetal acompanhava, a convite, a comitiva oficial do Presidente Fernando Henrique Cardoso em sua viagem ao Canadá. O Projeto foi incluído por representar uma das soluções concretas e adequadas de proteção e uso de florestas na Amazônia, respeitando e valorizando populações tradicionais que nelas habitam. Cada passarinho traça o rumo de seus vôos, de acordo com sua ousadia e forças e com a leveza de seu espírito. Por essas razões é que o couro vegetal estava também lá no Canadá. Mas, não é necessário ficar alardeando isso pelos jornais e, muito menos, falar mal de trabalhos alheios, em busca de promoção e afirmação. Ou, pior, em busca de fechar oportunidades e espaços para outras experiências, que têm dentre seus principais beneficiados populações de índios e seringueiros e divulgam as belezas, as culturas e as riquezas do Acre para o Brasil e o mundo. Acho que isso não fica bem, Samoneck, principalmente ocupando o cargo de Presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Acre (OCEA).

Várias evidências permitem afirmar que Samoneck tem força e respaldo para, neste caso, colocar o IMAC e seus instrumentos legais a serviço de seus interesses. Por isso, ele é, sem sombra de dúvida, um lobista. É verdade que não pertence aos quadros do IMAC. Será, contudo, que há outros interessados neste processo, esses, sim, funcionários? Será que estes estão agindo inteirados e conscientes de objetivos a serem alcançados?

Há funcionários que apenas cumprem determinações de seus superiores. Assim considero até agora os trabalhos da assessoria jurídica e da coordenadoria de impacto ambiental do órgão. Neste relato, nada afirmo sobre a Presidente Maria José Maia de Faria. Ela tem preferido manifestar-se exclusivamente através dos jornais, sempre reconhecendo seu quase total desconhecimento do Projeto Couro Vegetal e apontando ações a serem tomadas pelo órgão. Mas, deixo anotado que, na qualidade de presidente, ainda não honrou o protocolo de comparecer pelo menos uma vez durante os contatos já havidos entre a CVA e funcionários do IMAC, como desdobramentos de edital de notificação por ela assinado e mandado publicar.

Recolocando as Discussões em Outros Patamares

Acredito que o Instituto de Meio Ambiente do Acre tem trabalhos e atribuições legais bem relevantes a desempenhar no atual momento vivido pelo estado. Me dou a liberdade de citar a viabilização e acompanhamento dos projetos do PED em todos os municípios previstos (Acrelândia, Bujari, Senador Guimard, Xapuri e Rio Branco), a regularização e monitoramento da Floresta Estadual do Antimari, as autorizações de desmate e dos planos florestais de madeireiros com a chegada do verão, e a participação no zoneamento ecológico e sócio-econômico estadual. Há outros projetos e programas previstos para o IMAC, que abrangem convênios com órgãos dos Governos Federal, Estadual e municipais e com agências financiadoras de governos internacionais.

Os representantes do IMAC externaram intenção de cobrar a elaboração de EIA-RIMA das atividades do Projeto Couro Vegetal, para garantir que o meio ambiente e as populações tradicionais de terras indígenas e reservas extrativistas do Vale do Juruá não estejam sendo prejudicados. Se a intenção realmente é essa, por que o órgão em nada vem contribuindo para discutir ações e programas que possam efetivamente cumprir esses enunciados, minorando grandes alterações ambientais e transformações sociais e econômicas que advirão com as obras de terraplangem e pavimentação da BR-364, que atravessa todo o Vale do Juruá acreano?

Nessa região, existem hoje, em diferentes fases de regularização, 3 reservas extrativistas, 1 parque nacional e 25 terras indígenas, que abrangem cerca de 3.130.303 ha, ou 20% do total da superfície territorial do estado. Somente nessas áreas reservadas, habita uma população de aproximadamente 15.000 índios, seringueiros e agricultores. O que as populações e as florestas do Vale do Juruá realmente precisam no atual contexto não é devassa ou "guerra justa" contra organizações que lá desenvolvem trabalhos de valor. Necessitam, sim, é que os Governos federal, estadual e dos municípios se articulem para efetivamente implementar programas que respeitem e aproveitem reivindicações e trabalhos feitos pelas organizações e populações locais. E que resultem na preservação e no uso racional da floresta, na regularização de terras indígenas, reservas extrativistas e o parque nacional e, ainda, na melhoria da qualidade de vida (economia, educação, saúde) de índios, seringueiros, agricultores e colonos. Isto é imprescindível para evitar o que já aconteceu durante a pavimentação desta mesma BR em Rondônia: grandes desmatamentos, exploração predatória de madeiras nobres, destruição de importantes recursos naturais (caça e peixes), invasão de terras indígenas e unidades de conservação ambiental, bem como o aumento de conflitos sociais resultantes da posse pela terra.

E essas são tarefas que também cabem ao IMAC, pois interessam ao conjunto da população acreana e dizem respeito aos ricos patrimônios culturais e naturais que existem em nossas florestas, as do Juruá.

É nessa proposta que o Projeto Couro Vegetal se insere, dando sua contribuição para a garantia e viabilização social e ecológica de terras reservadas para índios e seringueiros, bem como para a busca de novas alternativas de diversificação do extrativismo, abrindo-lhe novos mercados, agregando valor à produção e respeitando formas de organização política e social próprias das populações envolvidas nos trabalhos.

Para encerrar, acho que as ONG's acreanas devem estar atentas aos desdobramentos deste caso envolvendo o Projeto Couro Vegetal. Ele constitui mais uma das frequentes e atuais campanhas de desinformação que grupos, no Acre e outros lugares, procuram, sem muito sucesso e verdade, dirigir a trabalhos que organizações e pessoas desenvolvem junto a movimentos sociais. Sempre há que procurar perceber os interesses e atores por trás dessas estratégias, e quais seus reais objetivos. A CVA é uma empresa, não uma ONG. Mas, seu trabalho junto a índios e seringueiros do Juruá permite enquadrá-la no rol das entidades que nos últimos anos vem se empenhando em desenvolver trabalhos promissores em parceria com populações tradicionais das florestas acreanas.

Ainda bem que foi recentemente publicada a *Revista do Projeto Aquiri*, que tem como título "Os desafios das Organizações Não Governamentais do Acre". Fica mais fácil, assim, a verdade aflorar. É só ler a Revista para qualquer um ver muitos dos programas e transformações postos em prática com dificuldade e sucesso pelo movimento social e as ONG's aqui no estado nos últimos anos. Mas, sempre, toda atenção é pouca. A meu ver, atitudes conjuntas das ONG's e dos movimentos começam a se fazer novamente necessárias.

Era o que tinha a dizer, a bem do que acredito ser verdade. E esta pode tardar, mas acaba sempre chegando para prevalecer. Por isso, faço minhas preces à Rainha da Floresta, pedindo proteção para seus filhos diletos.

Rio Branco-Acre, 1 de maio de 1997